



Análise de Conjuntura

Já se passaram 14 dias do governo Bolsonaro. Neste curtíssimo período, foram tantas idas e vindas, disse e não disse, afirmações e negações, que reafirmaram aquilo que entre nós não restavam dúvidas: o tamanho do despreparo do atual presidente.

Ao analisarmos a equipe do governo que assumiu o Ministério da Educação (MEC) e suas secretarias, esta certeza fica ainda mais evidente.

Nossa preocupação se amplia quando vemos que os ataques anunciados contra os servidores e os serviços públicos, que se configuram com o desmonte do Estado, crescem na mesma proporção que do despreparo de Bolsonaro e sua equipe.

É imprescindível retomarmos as principais temáticas da categoria em debates que precisam envolver a política salarial, a histórica luta pela manutenção da paridade entre ativos e aposentados, os planos de carreiras etc.

Precisamos resistir e lutar contra a já anunciada Re-

forma da Previdência, que está sendo rerepresentada como uma das políticas mais avassaladoras contra o serviço público. Porém, para além desta Reforma, precisamos nos preparar para os ataques pontuais e “fatiados” sobre outras questões que também nos são essenciais.

Diante da espessa “cortina de fumaça”, esse bloco avassalador de ataques ocorrerá com o intuito de fragmentar os trabalhadores, a fim de não se permitir nenhuma unidade.

Os grandes desafios que se apresentam diante desta cinzenta conjuntura, que se aprofunda desde o golpe de 2016, serão o da reconstrução coletiva da nossa resistência, o que não nos possibilitará mais avaliações isoladas e equivocadas; e a edificação de uma forte unidade da classe trabalhadora (ou da sua ampliação onde ela já ocorra).

Portanto, uma tarefa urgente é voltarmos para a pauta da categoria, para que ela se sinta representada com suas questões específicas, como a defesa intransigente da carreira e suas contingências.

Assim, rigorosamente, precisamos começar a fazer o enfrentamento organizado à altura dos ataques que se apresentam. As demonstrações da força destrutiva da atual agenda governamental têm iniciado pelo setor público, em particular pela educação.

Mais do que nunca mobilizar a nossa categoria é a principal demonstração de força que podemos dar, para que possamos obter vitórias concretas contra este governo desorganizado e afundado no lamaçal em que já se encontra.



Entidades da Educação organizam resistência ao governo Bolsonaro

Na última quarta-feira (09/01) aconteceu em Brasília-DF uma Reunião Ampliada que envolveu Andes-SN, Fasubra Sindical, SINASEFE e entidades de representações estudantis. A tônica do debate se deu em torno da conjuntura que se arrasta desde o final do governo Temer, da transição e do recém-empossado presidente.

A manutenção da autonomia universitária foi colocada como um ponto para defendermos fortemente, enquanto entidades da educação, pois os ataques contra ela dissolvem, dentre outras coisas, a essência da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A defesa das carreiras foi outro ponto apresentado de maneira marcante por conta dos diversos e acelerados ataques que sofremos neste último período. As perdas dos incentivos à qualificação, da periculosidade, da insalubridade, dentre outras situações foram colocadas em clima bastante preocupante.

A Ebserh foi pautada por conta da nova lei das terceirizações (13429/2017), do grande número de profissionais altamente qualificados que existem nas Instituições Federais de Ensino (IFEs) e da possibilidade destes serem massacrados pelas exigências atuais do mercado (reduções de direitos e das folhas de pagamento).

Representando o SINASEFE na reunião, Carlos Magno Sampaio (coordenador geral) destacou o imbróglio com o PL 11279/2019, que prevê alterações profundas na lei de fundação dos Institutos Federais (a lei 11892/2008).

Este PL de autoria do governo Bolsonaro já “é tido como uma ameaça muito grande, uma vez que ataca a Rede Federal de Ensino seguindo os preceitos da EC 95/2016, que congelou os inves-

timentos nos serviços públicos por 20 anos”, destacou Carlos Magno.

O PL 11279/2019, se aprovado, ainda alterará o processo eleitoral dos IFs e, dentre outras coisas, movimentará servidores entre cidades distantes umas das outras, configurando um forte ataque aos servidores e suas famílias.

A ilusão da “criação” de novos IFs em estados como São Paulo e Bahia se desmancha quando percebemos que não haverá investimento para isto, mas sim a realocação dos já diminutos recursos dos IFs, que serão deturpados como cabides de emprego do governo Bolsonaro. Tudo isso ainda gerará demissões e precarizações enormes na estrutura da Rede Federal, inclusive com fechamentos de campi.

A próxima Reunião Ampliada entre Andes-SN, Fasubra Sindical, SINASEFE e as entidades estudantis deve acontecer em 12 de fevereiro.



Como encaminhamentos da reunião foram apontados os seguintes itens:

1. construção de uma Plenária Nacional da Educação;
2. fazer estudos sobre o orçamento, a serem promovidos pela Auditoria Cidadã da Dívida;
3. financiamento, por Andes-SN, Fasubra e SINASEFE, de um assessor ou consultor no parlamento para levantar todas as questões/pautas/projetos que envolvam a educação;
4. organizar uma transmissão online, mesa redonda etc, de periodicidade quinzenal, que debata os temas em voga da educação, com representantes de Andes-SN, Fasubra e SINASEFE;
5. fortalecer a Frente Nacional Escola Sem Mordada;
6. buscar uma audiência com as bancadas da oposição ao governo Bolsonaro;
7. elaborar uma Nota do Movimento da Educação;
8. consultar as entidades sobre uma reunião com o Ministério da Educação;
9. organizar as entidades e movimentos para a luta contra a Reforma da Previdência;
10. levantar os pontos e pautas políticas que unificam as entidades classistas e estudantis;
11. jogar peso na questão da Justiça por Marielle no Dia Internacional da Mulher (8 de março).



Servidores da Bahia intensificam luta contra reordenamento

Na última sexta-feira (11/01) aconteceu uma Reunião Ampliada que debateu o PL 11279/2019 – que trata do famigerado redimensionamento da Rede Federal de Ensino e também apresenta outras matérias desastrosas que ferem a autonomia administrativa e universitária.

A reunião, realizada na Reitoria do IF Baiano, em Salvador-BA, contou com as presenças de trabalhadores, das seções sindicais do SINASEFE organizadas no Estado da Bahia e da Frente Ampla em Defesa dos Institutos Federais da Bahia.

Os advogados da seção IFBA (Rodrigo Juazeiro) e da seção IF Baiano (Felipe) expuseram as questões jurídicas que podem ser usadas pelos servidores, principalmente os que devem – caso o PL seja aprovado – ser constrangidos a mudar de cidade após os fechamentos de unidades administrativas e escolares.



Expediente

Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Plantonista responsável: Carlos Magno Sampaio (coordenador geral)

Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Flávia Destri Garcia

Contatos: dn@sinasefe.org.br e
imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br



Filiado à

